

GRANDO, Diego. Em defesa das *Flores do mal*: as alegações do advogado de Baudelaire. *Belas Infâmias*, Brasília, v. 9, n. 5, p. 325-349, out./dez., 2020. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v9.n5.2020.31381

Recebido: 07/05/2020

Aceito: 17/06/2020

Publicado: 10/2020

EM DEFESA DAS *FLORES DO MAL*: AS ALEGAÇÕES DO ADVOGADO DE BAUDELAIRE

IN DEFENSE OF THE FLOWERS OF EVIL: THE CLAIMS BY BAUDELAIRE'S ATTORNEY



Diego GRANDO
Professor colaborador
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Letras
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
orcid.org/0000-0001-8907-8864
grando.diego@gmail.com

Resumo: Apresento aqui uma tradução das alegações finais da defesa de Charles Baudelaire na ocasião do processo movido contra *As flores do mal*, em 1857, feitas por Gustave Chaix D'Est-Ange, seu advogado. O texto é precedido por um comentário, no qual são apresentadas as circunstâncias do processo e as relações do discurso da defesa com a sustentação oral da acusação e com as notas de Baudelaire a seu advogado (ambas já traduzidas em português), além dos princípios que nortearam esta tradução.

Palavras-chave: Charles Baudelaire. *As flores do mal*. Processo. Literatura. Direito.

Abstract: I present here a translation of the final claims by Charles Baudelaire's defense in the occasion of the lawsuit filed against *The Flowers of Evil*, in 1857, made by Gustave Chaix D'Est-Ange, his attorney. The translation is preceded by a comment introducing the circumstances of the case and the defense's discourse relations with the prosecution oral support and with the notes from Baudelaire to his attorney (both previously translated into Portuguese), in addition to the principles that guided the present translation.

Keywords: Charles Baudelaire. *The Flowers of Evil*. Lawsuit. Literature. Law.

325



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons Atribuição* que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Comentário introdutório

Em 20 de agosto de 1857, menos de dois meses depois da publicação de *As flores do mal*, Charles Baudelaire (1821-1867) e seus editores, Auguste Poulet-Malassis e Eugène de Broise, são julgados pela Sexta Corte Correccional do Tribunal do Sena, em Paris, sob acusação de ultraje à moral religiosa e à moral pública, levada a cabo pelo Procurador Adjunto Ernest Pinard – o mesmo que, seis meses antes, havia colocado Gustave Flaubert diante da mesma Corte pela imoralidade de determinados trechos de *Madame Bovary*, sem conseguir, no entanto, sua condenação. Parte da acusação é aceita, e tanto Baudelaire quanto Poulet-Malassis e de Broise são condenados ao pagamento de uma multa – 300 francos para o autor, 100 francos para cada um dos editores – pelo crime de ofensa à moral pública, devido à presença de “passagens ou expressões obscenas ou imorais” em seis poemas – “As joias”, “O Letes”, “A que está sempre alegre”, “Lesbos”, “Mulheres malditas (Delfina e Hipólita)” e “As metamorfoses do vampiro” –, entre os treze que estavam sendo acusados e os cem que constituem o livro. Além do valor em dinheiro, é ordenada a supressão dos poemas (GUYAUX, 2007, p. 247-248), o que significa, na prática, a proibição da comercialização e da circulação do livro.

326

Que essa condenação possa ter ensejado mudanças significativas para a segunda edição da obra (1861) – além da supressão dos seis poemas condenados, Baudelaire acrescentaria outros 32 e, mais importante, faria uma reorganização da ordem e da disposição dos poemas no livro, adicionando inclusive uma sexta seção, nada menos que a famosa *Quadros parisienses [Tableaux parisiens]*, às cinco existentes –, ou, ainda, que possa ter contribuído para a divulgação e, conseqüentemente, o imenso sucesso da obra, nada disso pode servir para atenuar seu despropósito. Que essa condenação tenha sido revista e anulada em 1949 (WIKISOURCE, 2020) – um pouco tarde para quem viveu até 1867 –, não significa que não tenha ocorrido, nem que não tenha sido válida por quase um século, tampouco que possa ser esquecida. Afinal, mais de um século e meio depois, não é só a obra de Baudelaire que continua viva e atual – a publicação, em 2019, de uma nova tradução para o português brasileiro (BAUDELAIRE, 2019) é um indício, longe de ser o único –, mas também as movimentações em torno da moralidade em arte, da judicialização do campo da arte e, em última instância, das fronteiras entre arte e lei.

É nesse sentido que se torna interessante oferecer a tradução da defesa de Baudelaire – a jurídica, posto que a artística já está consolidada e parece irrevogável –, feita pelo advogado Gustave-Chaix D’Est-Ange, e possibilitar, assim, o acesso em língua portuguesa à última peça

que faltava no tríptico composto pela sustentação oral da acusação, traduzida por Resende e Anjos (2017), e pelas notas do próprio Baudelaire a seu advogado, traduzidas por Júlio Castañon Guimarães e acrescidas à mais recente edição de *As flores do mal* (BAUDELAIRE, 2019). Sobre esses dois textos, cabem algumas palavras, apenas a título de contextualização.

Em “O processo contra *As Flores do Mal* (1857): sustentação oral do procurador Ernest Pinard”, Resende e Anjos (2017) fazem, antes da tradução da peça de acusação, um apanhado das circunstâncias de publicação do livro, bem como da repercussão inicial que acabaria levando ao processo e à condenação, no contexto do Segundo Império francês. Por essa razão, recomendo a leitura integral, trazendo aqui apenas um trecho que ajuda a desenhar o cenário do julgamento:

A sustentação do procurador se baseia, grosso modo, em um argumento preventivo: é preciso que o homem, cuja natureza é propensa ao vício, seja protegido contra a atração fascinante e os efeitos danosos da obra. Em determinado momento da sustentação, quando expõe seus contra-argumentos a possíveis objeções dos juízes, Pinard incorpora à sua fala versos dos poemas assinalados, intensificando assim o choque de seus ouvintes diante da “devassidão de linguagem” apontada pelo procurador. A acusação, desse modo, não apenas se torna mais dramática, mas ressalta o contraste entre o estilo moralizante e enérgico do magistrado e a suposta obscenidade de que é acusado Baudelaire. (RESENDE; ANJOS, 2017, p. 159).

327

Já as “Notas para meu advogado”, Baudelaire esboça uma série de argumentos possíveis para sua defesa, que elenco sucintamente: o fato de que o livro deve ser julgado como um todo, e não pela leitura de poemas isolados; o valor elevado do livro, que dificultaria sua circulação para grandes públicos; a prescrição da acusação para poemas que já haviam sido publicados; a prescrição geral da acusação, diante da liberdade conquistada pela literatura nas décadas anteriores; a moral específica das artes e a liberdade artística; a existência de inúmeras obras, no passado e no presente, que poderiam ser consideradas ofensivas e não o são; a proibição da publicação de um artigo de Barbey d’Aurevilly no jornal *Le Pays*. Ou seja, Baudelaire fornece argumentos artísticos – os únicos, provavelmente, que teria a fornecer – a seu advogado, que, como se verá, segue a linha proposta por seu cliente.

Finalmente, sobre a tradução que aqui se apresenta, cabe apontar alguns de seus princípios norteadores. Primeiro, priorizei o diálogo com a tradução existente da acusação, mantendo determinadas escolhas lexicais ali feitas, a fim de buscar garantir uma certa homogeneidade entre os textos. Em seguida, elaborei comentários, sempre em rodapé, sobre as referências feitas pelo advogado, no intuito de contextualizar determinados autores ou textos e facilitar a compreensão dos argumentos. Além disso, recorri às edições originais de obras

mencionadas, sempre que estivessem disponíveis em versão digitalizada, não apenas para esclarecer questões relevantes para a compreensão do texto, mas para fazer um convite a irmos atrás delas – mais do que esclarecedoras, elas podem ser reveladoras.

Por fim, no que diz respeito aos diversos textos citados, tanto de Baudelaire quanto de outros autores, optei por apresentar as traduções existentes, com a identificação do tradutor em nota de rodapé, sempre que houvesse tradução disponível. Quando não há indicação de tradutor, portanto, a tradução é minha. E como muitos desses textos são poemas, optei por traduzi-los como tal, reproduzindo – e, quando necessário, recriando – metros, esquemas de rimas, peculiaridade lexicais e outros efeitos sonoros, sintáticos e semânticos.

ALEGAÇÕES FINAIS DO SR. GUSTAVE CHAIX D’EST-ANGE

Charles Baudelaire não é apenas o grande artista e o poeta profundo e apaixonado a cujo talento o próprio honorável órgão do Ministério Público fez questão de prestar uma homenagem pública.

328

Ele é mais: é um homem honesto, e é por isso que é um artista convicto. Sua obra foi planejada por ele por um longo período, é o fruto de mais de oito anos de trabalho. Ele a gestou, fez que amadurecesse em seu cérebro, com amor, como a mulher gesta em suas entranhas o filho de sua ternura.

E agora os Senhores compreenderão a verdadeira desolação e a profunda dor deste criador sincero e convicto que poderia, ele mesmo, ter colocado na abertura de sua obra: “Aqui está um livro de boa fé”, e que a vê ser desprezada e trazida a esta sala de audiências como contrária à moral pública e à moral religiosa.

Será mesmo que, seriamente, suas intenções podem ser questionáveis? Será mesmo que os Senhores podem, por um só momento, duvidar do objetivo que ele perseguiu e do fim ao qual se propunha? Os Senhores o ouviram há poucos momentos, nas explicações tão leais que ele lhes deu, e sem dúvida ficaram impressionados e comovidos com essas contestações de um homem honesto.

Ele quis pintar tudo, o Ministério Público disse aos Senhores, ele quis desnudar tudo. Ele dissecou a natureza humana em suas partes mais íntimas, com tons vigorosos e surpreendentes, exagerou seus lados horrendos, amplificando-os desmesuradamente... – Tome cuidado ao falar desse jeito, eu direi ao Senhor Procurador Adjunto. O Senhor tem mesmo certeza de não estar exagerando um pouco o estilo e a maneira de Baudelaire, de não estar forçando o tom, de não estar carregando nas tintas? Enfim, que seja, é esse seu método e é esse

seu procedimento. Onde está a culpa, pergunto aos Senhores, do ponto de vista da própria acusação, onde está a culpa e, principalmente, onde pode estar o delito, se é para denunciá-lo que ele exagera o mal, se ele pinta o vício com tons vigorosos e surpreendentes para inspirar-lhes um ódio mais profundo, e se o pincel do poeta faz de tudo o que é odioso uma pintura horrível, precisamente para fazer sentir horror?

Foi-lhes dito, e com razão, Senhores, que o juiz não é um crítico literário, que não cabe a ele se pronunciar sobre os modos diversos de compreensão e de produção da arte, que não cabe a ele decidir entre as escolas de estilo. É por isso que, em casos desta natureza, não é a forma que deve ser questionada, mas o fundo. E haveria um grande risco de se cometer equívocos e não fazer uma justiça boa e imparcial, se nos deixássemos levar por algumas expressões, exageradas e violentas, dispersas aqui e ali, sem ir ao fundo das coisas, sem buscar as intenções sinceras, sem ter o conhecimento preciso do espírito que anima o livro.

A esse respeito, os Senhores têm, como eu já lhes disse, as declarações e contestações do homem, que devem ser aproximadas de sua perfeita honorabilidade. E, como se trata das intenções dele, os Senhores ainda têm uma outra coisa, que é o próprio livro.

Primeiro, o poeta os adverte pelo título, que está lá, em posição de destaque, para anunciar a natureza e o gênero da obra. É o mal que ele lhes mostrará, a flora dos lugares doentios, os frutos das plantas venenosas, o título lhes diz – como o título *Inferno*, no caso da obra de Dante –, mas ele vai lhes mostrar tudo isso para denunciar, para deixá-los horrorizados, inspirando-lhes ódio e asco.

Depois do título, leio a epígrafe. Aí está todo o pensamento do autor, aí está todo o espírito do livro. É um segundo título, por assim dizer, mais explícito que o primeiro e que o explica, o comenta e o desenvolve:

Há que se deixar fluir – dizem – toda a feiura
Ao poço do abandono e à funda sepultura,
E o mal, através dos escritos resgatado,
Os costumes futuros fará infectados;
*Mas o vício não tem por sua mãe a ciência,
E a virtude não é a mãe da insipiência.*

(TH. AGRIPPA D'AUBIGNE, *Les Tragiques*, livro II.)¹

Quanto ao pensamento íntimo do autor, os Senhores o encontrarão, ainda mais claramente marcado, já nos primeiros versos. Ele os dirige ao leitor como uma advertência, e é isto o que ele lhe diz:

GRANDO, Diego. Em defesa das *Flores do mal*: as alegações do advogado de Baudelaire. *Belas Infieis*, Brasília, v. 9, n. 5, p. 325-349, out./dez., 2020. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfieis.v9.n5.2020.31381

A tolice, o pecado, o logro, a mesquinhez
Habitam nosso espírito e o corpo viciam,
E adoráveis remorsos sempre nos saciam,
Como o mendigo exhibe a sua sordidez.

Fiéis ao pecado, a contrição nos amordaça;
Impomos alto preço à infâmia confessada,
E alegres retornamos à lodosa estrada,
Na ilusão de que o pranto as nódoas nos desfaça.
[...]
É o Diabo que nos move e até nos manuseia!
Em tudo o que repugna uma joia encontramos;
Dia após dia, para o Inferno caminhamos,
Sem medo algum, dentro da treva que nauseia.²

Transformem isso em prosa, Senhores, suprimam a rima e a cesura, procurem o que há no fundo dessa linguagem poderosa e vibrante, as intenções que aí se escondem, e digam-me se nunca ouvimos essa mesma linguagem sair do alto do púlpito cristão e dos lábios de algum pregador ardente. Digam-me se não encontraríamos os mesmos pensamentos e talvez, por vezes, as mesmas expressões nas homilias de algum rude e severo padre da Igreja.

330

Eis então seu programa, se posso usar essa palavra: a guerra declarada aos vícios e às baixeiras da humanidade, como uma maldição lançada a toda as vergonhas que

Habitam nosso espírito e o corpo viciam.

Ele está indignado porque somos

Fiéis ao pecado, a contrição nos amordaça

e é verdadeiramente a linguagem elevada de um moralista que ele mantém, nesta primeira página em que entra em comunicação com o leitor, para estigmatizar tão rudemente

A tolice, o pecado, o logro, a mesquinhez.

Eis tudo o que ele deseja perseguir, tudo o que quer castigar em versos vingativos, e não é, sem dúvida, por sentimentos como esses que os Senhores o condenariam.

Seria então pelo método empregado, pelo procedimento do qual ele se vale, por aquilo que chamarei de sua maneira? Pintar o vício, mas pintá-lo com cores violentas – eu diria, se me permitem, com cores exageradas –, para dar mais ênfase ao que ele carrega de odioso e de repulsivo, eis o procedimento.

Isso, com certeza, é tão velho quanto o mundo, e Baudelaire provavelmente não tenha o mérito da invenção. Está em todos os tempos e em todas as literaturas. Todos os grandes escritores, todos os poetas, todos os prosadores, todos os moralistas o empregaram, todos os oradores profanos e todos os oradores sagrados valeram-se disso. Esse procedimento nada mais é do que o hilota bêbado mostrado aos jovens espartanos para inspirar-lhes o horror da embriaguez³.

No teatro, o que vemos de diferente? Os Senhores conhecem uma só peça em que não nos é mostrado o homem desonesto, pintado com as tintas mais escuras que nos inspiram o ódio, o traidor, em resumo, que a Providência não deixa de atacar ao final? É verdade que, para dar mais ênfase à sua indignidade e aumentar a aversão do espectador, não se deixa de colocar o homem honesto em oposição a ele, o homem virtuoso que triunfa – é o que se chama de vício punido e de virtude recompensada. E que procedimento é esse, Senhores, se não o de Baudelaire? E se ele é constantemente empregado, em toda parte e por todos, é que ainda não encontramos um meio melhor para corrigir os homens.

Um escritor que entendia um pouco do que fazia, sem dúvida, e cuja autoridade vale alguma coisa – Molière –, escreveu no prefácio de seu *Tartufo*⁴:

As frases mais bonitas de uma moral séria são, com frequência, menos poderosas que as da sátira; e nada repreende melhor a grande maioria dos homens do que a pinturas dos seus vícios.

Falei de Molière e do *Tartufo*: será preciso lembrar aqui o destino que aguardava essa obra-prima em seu surgimento, a cabala dos falsos devotos, a terrível luta pela qual foi necessário passar para que se chegasse à representação, e a própria vontade, a vontade mais expressa do Grande Rei, para que a peça pudesse ser representada? “O Sr. Primeiro Presidente não quer que a representemos”, dissera o imortal autor.

Hoje nós não entendemos mais esses obstáculos, nós nos surpreendemos com essa resistência; sabemos bem que

Acontece com os falsos devotos o que se dá com os falsos bravos⁵

e que, sob pena de tomar dinheiro falso por verdadeiro, é preciso distinguir entre a hipocrisia e a devoção. Todos nós aplaudimos as expressões violentas com as quais o caráter odioso de um Tartufo é açoitado em versos admiráveis.

E é de novo Molière que acrescenta em seu prefácio:

GRANDO, Diego. Em defesa das *Flores do mal*: as alegações do advogado de Baudelaire. *Belas Infiéis*, Brasília, v. 9, n. 5, p. 325-349, out./dez., 2020. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v9.n5.2020.31381

Quem poderia temer que coisas tão largamente detestadas produzam algum efeito sobre os espíritos; que elas se tornem perigosas porque eu as mostro no teatro; que elas ganhem autoridade na boca de um salafrário? Isso não parece possível, e a comédia de *Tartufo* deve ser aprovada, ou então todas as comédias devem ser proibidas.

Isso tudo, Senhores, é um lugar comum? Estarei eu assinalando um detalhe inútil, já que hoje todos nós concordamos com Molière?

Mas então, por que se processa Baudelaire? É o mesmo procedimento que ele emprega: ele lhes mostra o vício, mas o mostra abominável, ele o pinta em tons repulsivos, porque o detesta e quer torná-lo detestável, porque o odeia e quer torná-lo odioso, porque o despreza e quer que o desprezem.

E, como estamos examinando aqui a questão do procedimento literário, permitam-me citar algumas linhas de Balzac, escritas por ele em uma carta, que se tornam ainda mais interessantes por não terem sido impressas em suas obras:

332

Moralizar sua época é o objetivo a que todo escritor se deve propor, sob pena de ser apenas um *animador de plateias*. Mas tem a crítica novos procedimentos a indicar para os escritores que ela acusa de imoralidade? Ora, o procedimento antigo sempre foi o de mostrar a ferida. Lovelace é a ferida na obra colossal de Richardson. Vejam Dante: o *Paraíso* é, como poesia, como arte, como suavidade, como execução, muito superior ao *Inferno*. O *Paraíso* não é lido em lugar nenhum, é o *Inferno* que arrebatou as imaginações de todas as épocas. Que lição! Isso não é terrível?... O que a crítica responderá? Finalmente, o gentil e santo Fénelon não foi forçado a inventar os episódios perigosos de Telêmaco? Suprimam-nos: Fénelon torna-se Berquin, acrescido de estilo. E quem ainda lê Berquin? É preciso ter a inocência que temos aos doze anos para suportá-lo.

As grandes obras subsistem por seus lados apaixonados. Ora, a paixão é o excesso, é o mal. O escritor cumpriu nobremente sua tarefa quando, ao levar esse elemento essencial a qualquer obra literária, o fez acompanhar de uma grande lição. Na minha opinião, uma obra profundamente imoral é aquela em que os fundamentos da Sociedade seriam atacados por preconceito, em que o mal seria justificado, em que a propriedade, a religião, a justiça saíam abaladas. [...]

Suponhamos que um homem de gênio realize o feito impossível de um drama cheio de pessoas honestas. Essa peça não teria duas representações.⁶

Tudo isso é verdade, Senhores: não, a afirmação do mal não é sua aprovação criminosa. Os poetas satíricos, os dramaturgos, os historiadores nunca foram acusados de tecer coroas para os crimes que contam, que produzem no palco. Baudelaire, que as colheu e recolheu, não disse que essas *Flores do Mal* eram belas, que elas cheiravam bem, que era preciso com elas ornar sua frente, encher suas mãos e que aí estava a sabedoria. Ao contrário, nomeando-as, ele as fanou. Ele nada disse em favor dos vícios que moldou tão energicamente em seus versos. Não

será acusado de tê-los tornado apreciáveis. Eles aí são horríveis, nus, trêmulos, metade devorados por eles mesmos, como os concebemos no Inferno.⁷ E, para contar aqui com a autoridade de um eminente crítico que é um dos nossos grandes escritores, continuarei com M. Barbey d'Aurevilly:

O poeta, terrível e terrificado, quis fazer-nos respirar a abominação dessa assustadora cesta que ele carrega na cabeça, eriçada de horror. Este é realmente um grande espetáculo! Desde o culpado costurado num saco que acabava sob as pontes úmidas e negras da Idade Média, gritando que era preciso deixar passar uma justiça, nada se viu de mais trágico que a tristeza dessa poesia culpada, que traz o fardo de seus vícios na fronte lívida. Deixemos então que ela passe também! Pode-se tomá-la por uma justiça – a justiça de Deus!⁸

Sobre as intenções do poeta e sobre o procedimento literário, era isso o que eu tinha a dizer.

Resta-me agora perguntar se ele excedeu os limites permitidos e se, nessa obra impetuosa e potente, a moral religiosa e a moral pública são ultrajadas, como alega o Ministério Público – ultrajadas, os Senhores ouviram, e os Senhores conhecem todo o alcance dessa palavra. A lei, como dissemos, não é uma lei de intolerância: ela não tem o objetivo de oferecer armas contra todos os autores por causa da insatisfação de um casuísta rigoroso, da suscetibilidade de um espírito que se assusta facilmente. Não se quer atingir com disposições penais qualquer coisa que possa provocar murmúrios num puritano ou corar as bochechas de uma Agnès.

333

E primeiro eu aviso às mães de família,
O que escrevo não é destinado às meninas
Que ganham o pão cortado em fatias,

disse o autor de *Albertus*⁹.

A palavra “ultraje” substituiu na lei a palavra “afronta”, que estava no projeto – entendeu-se que a palavra afronta tinha um significado muito amplo. Portanto, não basta, para justificar a acusação, que se encontre em uma obra incriminada passagens que são reprovadas pelo rigor de uma severidade obscura e de um puritanismo que facilmente se inquieta; o que é preciso, para condenar, é o despudor grosseiro, é uma brutalidade calculada e deliberadamente perigosa. Em uma palavra, e para retornar à definição legal, será preciso que a licença tenha sido violentamente exagerada e que ela tenha atingido o caráter *de um ultraje*.

Outro ponto que não pode ser esquecido e para o qual chamo a atenção dos Senhores é que a obra de Baudelaire não é uma reunião de poemas isolados, independentes uns dos outros, sem vínculos, sem continuações, sem ordem entre eles. A esse respeito, permitam-me que recorra novamente à autoridade literária do Sr. Barbey d’Aureilly:

Não podemos nem queremos citar nada da coletânea de poesias em questão, e eis por quê: uma peça citada só teria seu valor individual, e nisso não devemos nos equivocar, no livro do Sr. Baudelaire cada poesia tem, além do êxito dos detalhes ou da fortuna do pensamento, *um valor muito importante de conjunto e de situação* que não devemos, destacando-a, fazer com que o perca. [...] As *Flores do mal* não estão na sequência umas das outras como tantos trechos líricos, dispersos pela inspiração e reunidos numa coletânea sem outra razão que a de os reunir. Elas são menos poesias que uma obra poética *da mais forte unidade*. Do ponto de vista da Arte e da sensação estética, elas portanto perderiam muito por não serem lidas *na ordem* em que o poeta, que sabe bem o que faz, as dispôs. Mas perderiam ainda mais *do ponto de vista do efeito moral* que assinalamos no início deste artigo.¹⁰

Pois bem, o que fez o Ministério Público? Desse conjunto em que tudo se encaixa, ele separou algumas peças e, então, de cada uma delas, escolheu algumas linhas, algumas frases, e até alguns pedaços de frases, aproximou-as, reuniu-as, agrupou-as numa enumeração hábil e perigosa, de modo que os Senhores percebessem apenas o que é ruim, e tudo isso com uma continuidade que os atinge, que os surpreende, que os deixa revoltados. Os Senhores só têm o veneno, sem o remédio; os Senhores só têm os extratos amargos, violentos, concentrados, isolados de tudo aquilo que deveria atenuá-los e suavizá-los... Será isso justo, Senhores? Será este um procedimento aceitável, ou pelo menos capaz de lhes dar o ponto de vista verdadeiro e exato pelo qual a obra do escritor deve ser considerada?

Assim, e no que diz respeito ao ultraje à moral religiosa, foram destacados três poemas aos Senhores: “A negação de São Pedro”, “Abel e Caim” e “O vinho do assassino”. E depois de terem salientado em cada um desses poemas as passagens mais chocantes, sentiram-se autorizados a dizer diante dos Senhores que não é permitido tomar partido a favor da negação de São Pedro contra Jesus, de Caim contra Abel, de Satã contra os santos, e os levaram a acreditar – o Ministério Público dando a sua palavra – que os sentimentos do poeta e o espírito que o anima se traduzem por estas palavras que foram citadas aos Senhores:

Eu zombo de tudo, do Diabo,
De Deus ou da Ceia Sagrada!¹¹

Mas abram o livro. Os Senhores verão que esses três poemas processados, bem como os que se seguem, estão colocadas dentro de uma seção especial: *Revolta*¹². Os Senhores verão que o próprio poeta tomou o cuidado de declarar que os sentimentos que ele expressa não são os dele, e que as queixas, as maldições, e até blasfêmias contidas nesses versos, ele as repudia e as condena. Elas devem ser consideradas, diz ele nas poucas linhas de advertência que precedem esses poemas, “apenas como um pastiche dos raciocínios da ignorância e do furor; fiel a seu doloroso programa, o autor das *Flores do mal* precisou, exatamente como um ator, moldar seu espírito a todos os sofismas e a todas as corrupções.”¹³

Não, esses não são os sentimentos de Baudelaire. E, é claro, não há melhor forma de prová-lo do que lendo para os Senhores o fascinante hino em que, desta vez falando com a própria linguagem, abrindo sua alma aos próprios pensamentos, ele se abandona em um cântico de amor e de bênção:

Ao Céu, de onde ele vê de um trono a incandescência,
O Poeta ergue sereno as suas mãos piedosas,
E o fulgurante brilho de sua vidência
Ofusca-lhe o perfil das multidões furiosas:

“Bendito vós, Senhor, que dais o sofrimento,
Esse óleo puro que nos purga as imundícias
Como o melhor, o mais divino sacramento
E que prepara os fortes às santas delícias!

Eu sei que reservais um lugar para o Poeta
Nas radiantes fileiras das santas Legiões,
E que o convidareis à comunhão secreta
Dos Tronos, das Virtudes, das Dominações.

Bem sei que a dor é nossa dádiva suprema,
Aos pés da qual o inferno e a terra estão dispersos,
E que, para talhar-me um místico diadema,
Forçoso é lhes impor os tempos e universos.

Mas nem as joias que em Palmira reluziam,
As pérolas do mar, o mais raro diamante,
Engastados por vós, ofuscar poderiam
Este belo diadema etéreo e cintilante;

Pois que ela apenas será feita de luz pura,
Arrancada à matriz dos raios já perdidos,
De que os olhos mortais, radiantes e ventura,
Nada mais são que espelhos turvos e cativos!”¹⁴

Entendem agora, Senhores, o perigo de julgar uma obra inteira, uma obra de conjunto, a partir de alguns poemas isolados, de alguns versos soltos, de algumas expressões tomadas aqui e ali e habilmente reunidas? Qual é o poeta e qual é a obra que resistiriam a um exame feito dessa maneira? De minha parte, não conheço nenhum, e os Senhores me permitirão dar um exemplo ilustre: não creio que as *Harmonias Poéticas*¹⁵ em algum momento tenham sido suspeitas; não creio que em algum momento tenham sido acusadas de conter um ultraje à moral religiosa. E, no entanto, ouçam:

Quando o Criador, com seu verbo fecundo,
 Numa hora fatal fez formar-se o mundo
 Dos germes do caos,
 De sua obra imperfeita desviou a face,
 E em gesto de desdém, lançando-a pelo espaço,
 Retornou ao descanso.

“Vai! – disse ele –, te deixo à tua própria penúria;
 És indigna demais de meu amor ou fúria,
 Nada és, frente a mim:
 Rode ao sopro do acaso em desertos de nada,
 Longe de mim eternamente, sem morada,
 Na tristeza sem fim.”

Disse ele. Como o abutre que ataca sua caça,
 Em resposta – e em sinal de alegria – a Desgraça
 Dá um longo lamento.
 E apertando o universo em sua garra inclemente,
 Em sua raiva eterna, envolve para sempre
 O eterno alimento.

Desde então reinou o mal em seu império imenso;
 E tudo o que respira, então, tudo o que pensa,
 Começou seu penar;
 E terra e céu, e matéria e alma, foi tudo
 Gemido; e a voz da natureza, um agudo
 E longo suspirar.

Levantai, pois, o olhar às celestes planuras,
 Buscai Deus em sua obra; invocai nas agruras
 Este consolador.
 Infeliz! Em sua obra a bondade é ausente.
 Buscais apoio? O universo vos consente
 Vosso perseguidor.
 [...]

Ó Todo-Poderoso, princípio do ser!
 Onde o possível existe antes de nascer!
 Rei da imensidade,
 A teu bel-prazer, tu, no entanto, poderias,
 Trazer para teus filhos vida e alegria
 Da tua eternidade!

Sem jamais te cansares, em todos os entes
Poderias lançar a alegria, torrentes
Do supremo desvelo.

Poder, espaço, tempo, tudo te é aberto;
Ah! Meu tino treme; poderias, por certo;
Não quiseste fazê-lo.

[...]

Elevai-vos ao céu, incensos que ele adora.
Gritos, soluços, lágrimas, blasfêmias, choros,
Espetáculos divinos!
Vozes dos mortos, lamentos inextinguíveis,
Erguei-vos, alcançai os arcos invisíveis
Do palácio dos destinos!

Terra, eleva tua voz; respondei, céus; profundezas,
Casa escura onde a morte recolhe suas presas,
Formai um só gemido!

Que um lamento infinito acuse a natura,
E que o martírio dê a toda criatura
Voz para seus ganidos!

[...]

O quê! Tantos tormentos, delitos, suplícios;
Não celebraram suficientes sacrifícios
Teus lúgubres rituais?

E este sol, testemunha da infelicidade,
Um só dia verá, sob sua claridade,
De alívio dos mortais?

Herdeiros da desgraça, vítimas da vida,
Não, não espereis que sua raiva consumida
Adormeça a tortura,
Até que a Morte, abrindo seus braços imensos,
Engula para sempre no eterno silêncio
A eterna desventura!

337

Como isso é belo, Senhores, e que versos admiráveis! Não acredito que a poesia possa se elevar mais alto e pairar com mais força em um voo mais majestoso. Mas então perguntem à moral religiosa o que ela pensa desse grito de revolta! Não é “Desespero” que esse poema deveria se chamar; é “Imprecação”, é “Blasfêmia”, é “Maldição”... E quem é que pensou, entretanto, em julgar o poeta e seus sentimentos religiosos a partir dos versos que acabei de ler? Quem é que pensou em acusá-lo, quem é que teria ousado processar Lamartine por ultraje à moral religiosa?

Senhores, não insistirei mais neste ponto. O próprio Ministério Público, sem abandonar a acusação no que diz respeito à moral religiosa, não parece fazê-la com insistência. Mas não é o mesmo quando se trata da moral pública. Ele precisa de uma condenação, e até concorda que

ela seja leve, incitando os Senhores a serem indulgentes – mas faz absoluta questão de nos ver condenados, porque é preciso, diz ele, fazer uma advertência.

Pois bem, pergunto aos Senhores se é justo – porque fazer uma advertência parece necessário ao Ministério Público – que essa advertência caia sobre os ombros de Baudelaire. Os Senhores são o único juiz, é o que dizem, da conveniência da prossecução: haveria muitas coisas para responder a uma teoria dessas, e a conveniência, em matéria de prossecuções correcionais, parece-me uma tese, pelo menos, pouco jurídica. Mas, seja como for, se são os Senhores, o Ministério Público, o juiz da conveniência, pergunto mais uma vez: por que escolhem Baudelaire? Por que são as *Flores do Mal* que os Senhores querem punir, quando certamente nem o poeta, nem suas filhas mereceram

Nem este excesso de honra, nem esta indignidade.¹⁶

338

É claro, não estou pedindo acusações contra ninguém, e não se pode presumir que seja esse o meu pensamento – interpretá-lo assim seria distorcê-lo. O que quero dizer é que não pode haver dois pesos e duas medidas, a moral pública é uma só, e quando ela não é ultrajada por muitas das obras que enchem nossas bibliotecas, que são impressas e reimpressas incessantemente diante dos olhos dos Senhores, e por muitas outras que nascem a cada dia, tanto em verso quanto em prosa, como poderia a moral pública estar sendo ultrajada por esses poucos fragmentos que o Ministério Público pede para os Senhores condenarem na obra de Baudelaire?

Esses poemas, os Senhores conhecem, e não poderei relê-los aqui. Permitam-me dizer, de passagem, que estão entre eles alguns admiráveis, “Lesbos” e “Mulheres malditas”¹⁷, e do ponto de vista poético é impossível não elogiá-los sem reserva.

Mãe dos jogos do Lácio e das gregas orgias,
Lesbos, ilha onde os beijos, meigos e ditosos,
Ardentes como sóis, frescos quais melancia,
Emolduram as noites e os dias gloriosos;
Mãe dos jogos do Lácio e das gregas orgias.¹⁸

Quanto às “Mulheres malditas”, que o Senhor Procurador Adjunto chamou de duas tribades – o que é forte em termos de linguagem, e nós jamais ousaríamos usar tais palavras diante do tribunal –, quanto às “Mulheres malditas”, eu peço permissão para contrapor a expressão do meu cliente à do Ministério Público. Ouçam estas estrofes:

À tibia luz das lamparinas voluptuosas,
Sobre sensuais coxins impregnados de essência,
Sonhava Hipólita as carícias poderosas
Que lhe erguiam o véu da púbere inocência.

Ela buscava, o olhar na tempestade posto,
De sua ingenuidade o céu distante agora,
Como um viajante para trás volve o seu rosto
Em busca da manhã que já se foi embora.

Os olhos já sem viço, o preguiçoso pranto,
O ar exausto, o estupor, a lúbrica moleza.
Os braços sem ação, como armas vãs a um canto,
Tudo afinal lhe ungia a tímida beleza.¹⁹

E então, fiel ao papel que traçou para si, o poeta, depois de ter mostrado o vício, o flagela com versos vingativos. E que versos! Ouçam, Senhores:

– Descei, descei, ó tristes vítimas sublimes,
Descei por onde o fogo arde em clarões eternos!
Mergulhai neste abismo em que todos os crimes,
Tangidos por um vento oriundo dos infernos,

Fervilham de mistura aos ásperos trovões.
Sombras dementes, ide ao fim de vosso vício;
Não podereis o ódio expulsar dos corações,
E é do prazer que há de surgir vosso suplício.
[...]
Longe dos vivos, erradias, condenadas,
Correi rumo ao deserto e ali uivai a sós;
Cumprí vosso destino, almas desordenadas,
E fugi do infinito que trazeis em vós!²⁰

Não resisti ao desejo de citar esses belos versos, mas os Senhores, na Seção do Conselho, vão reler todos os poemas acusados e vão se perguntar se é mesmo isso que constitui o delito de ultraje à moral pública. Os senhores vão se perguntar, comparando a obra de Baudelaire e os poucos versos que alguns desses poemas contêm, comparando-os, digamos, com o que os Senhores leem todos os dias na nossa literatura moderna, e falo aqui dos autores mais ilustres, mais queridos, mais populares, aqueles que ninguém jamais pensou em incriminar do ponto de vista do ultraje à moral pública. E, no entanto, Baudelaire jamais chegou a ir tão longe quanto eles...

Os Senhores encontrarão em meu arquivo uma série inteira – e asseguro-lhes que ela é numerosa – de poemas esparsos que coletei na nossa literatura moderna, e eles formam uma

bela coleção. Os Senhores permitirão que eu lhes leia alguns desses poemas. Aqui, por exemplo, estão as obras deste poeta encantador chamado Alfred de Musset. E não foi ele que cometeu esta “Balada à lua”?

Talvez quando frustrado
Algum pobre marido,
 Malvada,
Você, longe, sorri.

Em sua amarga aflição,
Quando ao genro bendito
 A mãe
Cede as chaves do abrigo,

Em chinelas de pano,
Já está a postos o esposo
 Soprando
O círio curioso.

Às núpcias recatadas
A virgem que se crê
 Guiada,
Está no leito a tremer.

Mas o Senhor, em chamadas,
Põe-se a hostilizar
 A Dama,
Que se põe a gritar.

“Ah!” diz ele, “eu me empenho,
E não consigo nada,
 Meu bem;
Tu não és dedicada.”²¹

Pergunto-lhes se existe, Senhores, entre todos os versos de Baudelaire, algo que se aproxime dessas palavras simples e desta imagem:

Tu não és dedicada.

Os Senhores nos censuram pela peça intitulada “As joias”. Digam-me, por favor, por quê? Seria porque

A amada estava nua e, por ser eu o amante,
Das joias só guardara as que o bulício inquieta?²²

Sobre essa nudez que os choca e que os Senhores querem elevar ao nível de um ultraje à moral pública – como se fosse possível suprimir o nu na arte e proibi-lo na poesia mais do que na pintura ou na estatuária –, é novamente com Musset que vou responder aos Senhores:

O sofá em que Hassan estava deitado,
Era coisa no gênero formosa:
Pele de urso, de um urso delicado,
Sedoso como o arminho, ou como a rosa.
Hassan guardava um ar nobre e ousado,
Estava nu como Eva não culposa.

Como nu! me dirão, que história é essa?
Começa o poema nu, como isto finda?
Perdão, Senhor, o conto meu começa
Quando o herói sai do banho, em pelo ainda.
Concedam-lhe o perdão, feita a promessa
Repito: – estava nu, qual mão bem linda!

Nu qual prato, qual muro de uma igreja,
Como discurso vão da Academia...
A leitora não core, atenda e veja
Que, banida a nudez, ninguém diria
Que o seu colo e a sua perna fazem inveja,
Pois se afirma o que vê-se à luz do dia.

Embora alegue o instante que entra em sege,
Que passa a ponte em dia de rajada,
Que a perna e o pé a roupa mal protege,
E que explica de mais um pé de fada...
Quanto a mim imagino que se almeje,
Que o resto diga o amante, oculte nada.

Onde o crime de estarmos à vontade,
Quando o calor referve e está daninho?
Acredite a leitora que, em verdade,
Estar na cama nu é um gostinho...
Se fosses minha o viras... ó deidade!
Gritarias um pouco, mas baixinho...
[...]
Tudo é nu a não ser a hipocrisia,
Assim no imenso Céu, na terra imensa;
A infância, a divindade, a lousa fria,
As almas que de Deus gozam a presença,
E, portanto, o herói desta poesia
Continua a estar nu, se dão licença.²³

Quantos belíssimos versos de Musset eu poderia citar para os Senhores – especialmente em “Rolla”, ou em “Portia”²⁴ – que deveriam ser suprimidos, se fosse isso o ultraje à moral pública...

E o que dizer então do poeta popular, Béranger²⁵, de quem Perrotin muito recentemente publicou uma nova e tão magnífica edição? Será preciso expurgar também Béranger, será preciso descartar tantas peças encantadoras? Será preciso suprimir “As Duas Irmãs da Caridade” [*Les Deux sœurs de la charité*] e “A Cantárida” [*La Cantharide*] e “Jeannette” e “A Avó” [*La Grand’mère*] e “O Chapéu da Noiva” [*Le Chapeau de la Mariée*]? Não, não é mesmo? – e ninguém iria querer isso. E, no entanto, “A Avó”, os Senhores sabem muito bem o que ela diz na noite de sua festa, depois de ter bebido dois dedos de vinho puro:

Lamento bastante
Meu braço fornido,
Minha perna elegante
E o tempo perdido!

Vovó, tu não tinhas decoro?
– Não muito; e aos quinze, sozinha,
Aprendi os usos do corpo,
Pois à noite eu já não dormia.

Vó, tu tinhas bom coração?
– Sim, tão bom que aos dezessete anos
De rogado, com Lindor, não
Se fez, não o deixou esperando.

Vó, Lindor foi homem a sério?
– Sim, sozinho por quatro meses.
Mas então me agradou Valério,
E contentes fiz dois por vez.

Vó, dois homens ao mesmo tempo?
– Sim, mas cada um me enganou;
Bem mais fina do que aparento,
Me casei com o seu avô.

E nada, vovó, foi-lhe dito?
– Não, mas alguém mais ajuizado
Pela casca teria entendido
Que o ovo já estava rachado.

[...]
Mais tarde enviuvaste, vovó?
– Sim, mas graças ao meu estado,
A paróquia não sendo nova,
Era ainda o santo festejado.

E é assim que devemos fazer?
– Se à minha avó fiz tal e qual,
Ah, minhas crianças, por que
Vocês não fariam igual?

Se isso é o que a avó recorda do tempo perdido, me pergunto o que seria do tempo bem vivido: e ela não fala em remorso... Que seja. Mas acho que seria complicado falar em arrependimento...

E esta outra moça apaixonada de Béranger, Jeannette, que me parece nunca ter pensado nem em remorso, nem em arrependimento:

Chega de moçoilas pedantes,
De bonequinhos de bom-tom;
Bem melhor que essas arrogantes
É Jeannette, minha Jeanneton.

Jovem, gentil e querida,
Ela é fresca e bem fornida,
Olhos escuros, brilhantes.
Vocês, pudicos, só veem
Suas tetas protuberantes:
Para as minhas mãos, porém,
É um defeito interessante.

[...]

À noite, tudo me vale.
Não há véu que me atrapalhe,
Não há inúteis afazeres.
Com as duas mãos e a boca
Ela alimenta os quereres,
Mil vezes rasga sua colcha
No ardor dos nossos prazeres.

343

É isso o que Béranger escreveu, e muitíssimas outras coisas, não é verdade? É isso que vem sendo regularmente reimpresso, e os Senhores nunca cogitaram processar, nem poderiam fazê-lo sem fracassar redondamente.

E Gautier, este admirável cinzelador de estilo e pintor maravilhoso! Deixem-me falar dele, deixem-me falar dessa obra-prima do estilo chamada *Mademoiselle de Maupin*²⁶: esse talvez seja o romance mais ousado, se é que se pode chamar de romance, que tenha sido publicado desde muito tempo. Em qual página vou abri-lo? Chega a ser difícil escolher...

(A cena se passa na cama de Rosette. Um raio de sol passa através das cortinas. São dez horas. [...] A camisa de Rosette tem um plissado de rendas completamente amassado: foi uma noite turbulenta. Os cabelos escapam confusamente de seu gorro. Ela é tão bonita quanto pode ser uma mulher com quem se dormiu e por quem não se está apaixonado.)

Começa uma briga entre os dois amantes, e eis como termina o diálogo:

ROSETTE: Me largue!

EU: Ah, isso não!

ROSETTE, *debatendo-se*: Oh! Você não vai me soltar!

EU: Eu ousaria, senhorita, garantir-lhe o contrário.

ROSETTE, *percebendo que ela não é a mais forte*: Pois bem, eu fico, você está apertando meus braços com tanta força!... O que quer de mim?

EU: Acho que você sabe. Eu não me atreveria a dizer o que eu me atrevo a fazer, eu respeito demais a decência.

ROSETTE, *já sem condições de se defender*: Contanto que você me ame muito... eu me rendo.

EU: É um pouco tarde para capitular quando o inimigo já está em posição.

ROSETTE, *lançando os braços ao redor do meu pescoço, desfalecendo*: Por inteiro... Eu me submeto à sua generosidade.

Passo à conclusão do romance: Madeleine de Maupin “esgotou”, como ela mesma diz, “todas as suas crueldades”. Ela vai por conta própria procurar D’Albert e voltar para as mãos dele:

344

Era mesmo Rosalinde, tão bonita e tão radiosa que iluminava o quarto inteiro, com seus cordões de pérolas nos cabelos, seu vestido prismático, seus grandes jabôs de renda, seus sapatos de salto vermelhos, seu belo leque de plumas de pavão, tal e qual estava, enfim, no dia da representação. Contudo, diferença importante e decisiva, ela não tinha nem plissados, nem rufos, nem gorgeiras, nem nada que encobrisse ao olhar esses dois encantadores irmão inimigos, – que, lamentavelmente, acabam com frequência por se reconciliar.

Um peito inteiramente nu, branco, transparente, como um mármore antigo, do corte mais puro e mais requintado, despontava audaciosamente de um espartilho bastante decotado e parecia querer desafiar os beijos. [...]

– Por que, minha cara soberana, a senhorita tem o ar casto e sério de uma Diana antiga, quando deveria estar com os lábios sorridentes de uma Vênus saindo do mar?

– Veja só, D’Albert, é que eu me pareço mais com a caçadora Diana do que com qualquer outra coisa. – Ainda muito jovem eu passei a usar esse traje masculino [...] Em resumo, ainda que seja algo incrível e ridículo, eu sou virgem – virgem como a neve do Himalaia, como a lua antes de dormir com Endimião, como Maria antes de conhecer o pombo divino. E eu estou séria como toda pessoa que vai fazer algo que não permite voltar atrás. – É uma metamorfose, uma transformação pela qual vou passar. [...]

D’Albert, singularmente emocionado, segurou as mãos dela e beijou seus dedos, um a um, depois rompeu com delicadeza o laço do vestido, de modo que o espartilho se abriu e os dois tesouros brancos apareceram em todo o seu esplendor. Sobre aquele peito cintilante e claro como a prata desabrochavam as duas belas rosas do paraíso. Ele apertou ligeiramente os bicos escarlates em sua boca e percorreu assim todo o seu contorno. Rosalinde se deixou levar com uma condescendência inesgotável [...] Acolhendo-a em seus braços, ele cobria de beijos seus ombros e peito nus. Os cabelos da donzela quase desfalecida desprenderam-se, e seu vestido caiu sobre seus pés

como por feitiço. Ela permaneceu ereta, era como uma branca aparição, com apenas uma camisa do tecido mais transparente [...] A camisa, dotada de um feliz senso de imitação, seguiu o exemplo do vestido: escorregou primeiro dos ombros, sem que tentassem retê-la; depois, aproveitando um momento em que os braços estavam perpendiculares, desprendeu-se com muita habilidade e desceu até os quadris, cujo contorno ondulado a segurou parcialmente. – Rosalinde apercebeu-se, então, da perfídia de sua última peça de roupa, e ergueu um pouco o joelho para impedir que caísse de todo. – Nessa pose, parecia-se perfeitamente com essas estátuas de mármore das deusas, cujo véu ardiloso, incomodado por estar recobrimdo tantos encantos, envolve as belas coxas a contragosto, e, numa feliz traição, detém-se exatamente acima do ponto que está destinado a esconder. – Mas como a camisa não era de mármore e as dobras não a sustentavam, ela continuou sua descida triunfante, até deitar-se enrodilhada em torno dos pés de sua dona, como um grande galgo branco.

Os Senhores me criticariam se eu continuasse... Mesmo que a justiça possa e deva ouvir tudo e que sua dignidade não possa ser afetada, confesso que eu consideraria imprudente ler neste recinto a cena que se segue. D’Albert queria que aquela noite durasse 48 horas, como a noite em que Hércules foi concebido. E, no entanto, ele é dominado pelo cansaço, e o sono toca seus olhos com a ponta da asa no momento em que o amanhecer começa, diz o poeta, a lançar seus raios esbranquiçados através das cortinas. No entanto, o que faz Rosalinde? Ela não dorme: *lassata*, talvez... *satiata*²⁷, sua curiosidade não o é: ela se levanta silenciosamente, se recompõe com pressa, se retira lentamente e: “em vez de voltar para seu quarto...” – Se eu dissesse aos Senhores que já estava na hora, alguém poderia me responder como na peça: “não, já não era mais a hora...”

Então:

Em vez de voltar para seu quarto, ela entrou no de Rosette. – O que disse, o que fez ali, eu nunca soube. Contudo, uma criada de quarto de Rosette forneceu-me esta curiosa informação: ainda que, naquela noite, a patroa não tivesse dormido com seu amante, a cama estava revolvida e desfeita, e tinha a marca de dois corpos. – Além disso, mostrou-me pérolas muitíssimo parecidas com as de Rosalinde. Ela as tinha encontrado na cama, quando a arrumava. Deixo esse comentário para a sagacidade do leitor...

O quê? Depois de tudo o que acabei de ler, os Senhores condenariam Baudelaire? Os Senhores o condenariam depois de tantas outras citações que eu poderia fazer, as quais os Senhores encontrarão em meu arquivo, e que constituem uma coleção ainda muito incompleta, mas transcrita com fidelidade? Ali os Senhores encontrarão Rabelais, Brantôme, que “conheceu tantas damas honestas...”²⁸, mas eu poderia ter escolhido muitos outros! La Fontaine e seus contos, Molière, Voltaire e seus contos em prosa, e Rousseau, cujas confissões contêm

passagens imundas, e Beaumarchais, para quem, “de todas as coisas sérias, o casamento sempre pareceu a mais ridícula”²⁹. Mas se eu ousasse, se a prosopopeia pudesse encontrar seu lugar aqui, eu evocaria e invocaria Montesquieu: “Oh! Montesquieu, o que diria sua grande alma, se, para seu infortúnio, trazido de volta à vida, você visse acusado de ultraje à moral pública Baudelaire e as *Flores do Mal*, você que escreveu o *Templo de Gnide* e as *Cartas Persas...*?” O que diriam Lamartine, que fez *A queda de um anjo*, e Balzac, com sua *Moça dos olhos dourados*, e George Sand, com *Lélia*?

Eu paro por aqui, não quero mais abusar do tempo dos Senhores.

Eu disse aos Senhores quem era Baudelaire e quais tinham sido suas intenções, apresentei aos Senhores seu método e seu procedimento literário, e acabei de mostrar detalhadamente que não há nada em sua obra que seja tão ousado, no fundo e na forma, na expressão e no pensamento, quanto tudo o que nossa literatura imprime e reimprime todos os dias. Confio que os Senhores não desejarão punir este homem elegante e este grande artista, e que irão pura e simplesmente decidir pela revogação dos fins da acusação levantada contra ele.

346 REFERÊNCIAS

BALZAC, Honoré de. Lettre à M. Hippolyte Castille, rédacteur de *La Semaine*. In: BALZAC, Honoré de. *Œuvres complètes de H. de Balzac*. Tome 22, parties 5-6. Paris: Michel Lévy Frères, 1872. p. 361-370. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9600628d>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Traduzido por: Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. Tradução de: *Les fleurs du mal*.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Traduzido por: Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019. Tradução de: *Les fleurs du mal*.

BAUDELAIRE, Charles. *Les Fleurs du Mal*. Paris: Poulet-Malassis et de Broise, 1857. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1057740n>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BAUDELAIRE, Charles. *Les Fleurs du Mal*. Paris: Poulet-Malassis et de Broise, 1861. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1513927b>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRANTÔME, Pierre de Bourdeille. *Vies des dames galantes, par le seigneur de Brantôme*. Paris: Victor Bunel, 1880. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k871474r>. Acesso em: 15 abr. 2020.

D’EST-ANGE, Gustave. Plaidoirie de M. Gustave Chaix D’Est-Ange. *Revue des grands procès contemporains*, Paris, 1885, tome III, p. 373-387. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6553406k>. Acesso em: 18 mar. 2020.

GAUTIER, Théophile. *Albertus, ou L'âme et le péché* : légende théologique. Paris: Paulin, 1833. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1521329r>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GUYAUX, André. *Baudelaire: un demi-siècle de lectures des Fleurs du mal (1855-1905)*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2007.

LAMARTINE, Alphonse de. *Méditations poétiques*. Paris: Librairie Grecque-Latine-Allemande, 1820. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86171396>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MOLIÈRE. *Le Tartuffe, ou l'Imposteur, comédie par J.-B. P. de Molière*. Paris: Jean Ribov, 1669. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k701569>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MOLIÈRE. *Tartufo*. Traduzido por: Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1976. Tradução de: *Le Tartuffe, ou l'Imposteur*.

MOURA, José Francisco de. Os menosprezados da História. Algumas reflexões sobre o estatuto de agricultores, artesãos e comerciantes na Grécia Antiga. O caso de Esparta. *Hélade – Revista Eletrônica de História Antiga*, Niterói, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 19-26, 2001. Disponível em: http://www.helade.uff.br/Helade_2001_volume2_numero1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

MUSSET, Alfred de. *Poésies complètes de Alfred de Musset*. Paris: Charpentier, 1840. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96136276>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RESENDE, Letícia Campos de; ANJOS, Yuri Cerqueira dos. O processo contra As Flores do Mal (1857): sustentação oral do procurador Ernest Pinard. *Non Plus*, v. 6, n. 12, p. 157-168, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonplus/article/view/144023>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SERRA, Joaquim. *Versos de Pietro de Castellamare*. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, 1868. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5252>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WIKISOURCE: la bibliothèque libre (EUA) . In: WIKISOURCE: la bibliothèque libre (EUA). *Arrêt de la Cour de Cassation du 31 mai 1949* [San Francisco, CA]: Wikimedia Foundation, 2020. Esta página foi editada pela última vez às 17h18min de 04 de novembro de 2009. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/Arrêt_de_la_Cour_de_Cassation_du_31_mai_1949. Acesso em: 25 abr. 2020.

¹ Théodore Agrippa d'Aubigné (1552-1630), poeta barroco francês. A epígrafe em questão está presente apenas na primeira edição do livro, que pode ser consultada em Baudelaire (1857). A segunda edição (BAUDELAIRE, 1861) – já sem os poemas censurados judicialmente, com poemas acrescidos, a ordem remanejada e uma nova e importante seção, “Quadros parisienses” – é considerada o texto-base para as subsequentes, o que faz com que a epígrafe não conste nas traduções brasileiras de *As flores do mal*.

Os grifos são do advogado. O verso final da epígrafe, no texto original e na primeira edição do livro, diz “filha” em lugar de “mãe”, diferentemente da edição consultada das alegações finais. Não é possível saber se o equívoco ocorreu de fato na sustentação oral do advogado de Baudelaire, ou se apenas na sua transcrição.

² Do poema-prefácio “Ao leitor”, em tradução de Ivan Junqueira (BAUDELAIRE, 2015, p. 95-97).

³ “Nas *sisítias*, espécie de mesas públicas onde os cidadãos eram obrigados a fazerem suas refeições, os hilotas eram levados bêbados para divertirem os espartanos, servindo também como exemplo para mostrarem aos jovens o mal que o excesso de bebida podia provocar” (MOURA, 2001, p. 24, grifo no original).

⁴ *O Tartufo, ou O Impostor [Le Tartuffe, ou L'Imposteur]*, peça escrita por Molière (1622-1673) entre 1664 e 1669. Uma primeira versão foi encenada em 1664 e imediatamente proibida; uma segunda versão, de 1667, foi igualmente proibida depois da primeira representação. Apenas em 1669 a proibição foi retirada, e a peça pôde, enfim, ser representada. Nesse mesmo ano, a versão definitiva do texto foi impressa (MOLIÈRE, 1669), acompanhada do prefácio aqui citado.

⁵ Fala de Cléante a Orgon, *Tartufo*, ato 1, cena 5, tradução de Jacy Monteiro. (MOLIÈRE, 1976, p. 26).

⁶ Carta de Balzac ao jornalista Hippolyte Castille, do jornal *La Semaine*, datada de 11 de outubro de 1846 (BALZAC, 1872). Além de Dante, Balzac cita o escritor britânico Samuel Richardson (1689-1761) e seu personagem Lovelace, vilão do romance *Clarissa, or the history of a young lady* (1748); Fénelon (1651-1715) e seu romance didático *As aventuras de Telêmaco* (1699), cujo sucesso se estendeu por mais de dois séculos; Arnaud Berquin (1747-1791), escritor e pedagogo francês, autor de diversas obras para o público infante-juvenil.

⁷ Toda essa passagem, iniciada em “Baudelaire, que as colheu...”, é, em realidade, uma cópia *ipsis litteris* de trechos do artigo de Barbey d’Aureville que será citado na sequência das alegações e comentado na próxima nota de rodapé. Optei por repetir o procedimento do advogado, transcrevendo, sem uso de aspas ou outro recurso que indique citação, os trechos correspondente da tradução de Júlio Castañon Guimarães para o artigo (BAUDELAIRE, 2019, p. 609).

⁸ Tradução de Júlio Castañon Guimarães (BAUDELAIRE, 2019, p. 609-610), que situa o artigo em questão com a seguinte nota: “Artigo escrito por ocasião do processo de censura movido contra alguns poemas das *Flores do mal*, tendo sido publicado em 1857 no livreto que reuniu mais três textos, intitulado *Articles justificatifs pour Charles Baudelaire auteur des ‘Fleurs du mal’*. Aí vinha antecedido pelo bilhete com que o autor o enviou a Baudelaire: ‘Meu caro Baudelaire,/ Envio-lhe o artigo que me pediu e que uma conveniência, fácil de compreender, impediu *Le Pays* de publicar, já que você estava em causa. Eu ficaria muito feliz, meu caro amigo, se esse artigo tivesse um pouco de influência no espírito daquele que o vai defender e na opinião daqueles que serão chamados a julgá-lo’”. (BAUDELAIRE, 2019, p. 607, grifos no original)

⁹ Estrofe 98 do poema “Albertus, ou L’âme et le péché”, de Théophile Gautier (1811-1872), do livro homônimo (GAUTIER, 1833, p. 349-350). Cabe lembrar que, além de poeta prestigiado e influente no cenário francês, é a Gautier que Baudelaire dedica *As flores do mal*, definindo-o como “poeta impecável”, “perfeito mago das letras francesas” e “caríssimo e muito venerado mestre e amigo” (BAUDELAIRE, 2019, p. 25).

¹⁰ Tradução de Júlio Castañon Guimarães (BAUDELAIRE, 2019, p. 615-616, grifos no original).

¹¹ Trecho final do poema “O vinho do assassino”. Tradução de Ivan Junqueira (BAUDELAIRE, 2015, p. 341).

¹² Em realidade, desde a primeira edição (BAUDELAIRE, 1857), apenas “A negação de São Pedro” e “Abel e Caim” estão inseridos em *Revolta*, enquanto “O vinho do assassino” está em *O vinho*.

¹³ Este comentário, que efetivamente aparece na página de abertura da seção *Revolta* da primeira edição de *As flores do mal* (BAUDELAIRE, 1857, p. 215), foi suprimido já na segunda edição da obra.

¹⁴ Trecho do poema “Bênção”, da seção *Spleen e ideal*. Tradução de Ivan Junqueira (BAUDELAIRE, 2015, p. 105-107).

¹⁵ *Harmonias poéticas e religiosas [Harmonies poétiques et religieuses]*, livro de poemas de Alphonse de Lamartine (1790-1869), um dos ícones do romantismo francês, publicado em 1930. O poema que será citado, “O desespero” [*Le désespoir*], pertence, no entanto, ao livro *Meditações poéticas [Méditations poétiques]*, de 1820 (LAMARTINE, 1820, p. 28-32).

¹⁶ Fala de Júnia a Nero no ato 2, cena 3, da tragédia *Britannicus*, de Jean Racine (1639-1699), representada pela primeira vez em 1689 (RACINE, 1862, p. 23).

¹⁷ Há dois poemas com esse título na seção *Flores do mal* da edição original. Eles eram diferenciados apenas no sumário do livro (BAUDELAIRE, 1857, p. 170), pelo acréscimo do verso inicial: “*Femmes damnées: À la pâle clarté...*” e “*Femmes damnées: Comme un bétail pensif...*”, que correspondem, nas edições posteriores, a “Mulheres malditas (Delfina e Hipólita)” e “Mulheres malditas”, respectivamente. É o primeiro que estava sendo acusado e ao qual está se referindo o advogado de Baudelaire.

¹⁸ Estrofe de abertura do poema “Lesbos”, que originalmente integrava a seção *Flores do mal* (BAUDELAIRE, 1857, p. 187-190), tradução de Ivan Junqueira (BAUDELAIRE, 2015, p. 451).

¹⁹ Trecho de abertura do poema “Mulheres malditas (Delfina e Hipólita)”, tradução de Ivan Junqueira (BAUDELAIRE, 2015, p. 459).

²⁰ Trecho final do poema “Mulheres malditas (Delfina e Hipólita)”, tradução de Ivan Junqueira (BAUDELAIRE, 2015, p. 465-467).

²¹ Trecho final de “Balada à lua”, de Alfred de Musset (1810-1857). Curiosamente, na primeira publicação em livro, *Contes d’Espagne et d’Italie* (1830), esse trecho do poema havia sido suprimido, cf. Musset, 1840, p. 109.

²² Trecho de abertura do poema “As joias”, que originalmente integrava a seção *Spleen e ideal* (BAUDELAIRE, 1857, p. 52-53). Tradução de Ivan Junqueira (BAUDELAIRE, 2019, p. 473). A interrogação é do advogado.

²³ Estrofes de “Namouna”, poema do livro *Premières poésies* (1829), de Alfred de Musset. Tradução de Joaquim Serra, publicada em livro sob o pseudônimo Pietro de Castellamare (SERRA, 1868, p. 34-35).

²⁴ “Rolla”, incluído em *Poésies nouvelles* (1850), e “Portia”, em *Premières poésies* (1852).

²⁵ Pierre-Jean de Béranger (1780-1857), autor de canções de grande reconhecimento popular no século XIX.

²⁶ Romance epistolar de Gautier, publicado em 1835.

²⁷ O advogado faz, aqui, referência ao poema “*Sed non satiata*”, que integra a seção *Spleen e Ideal* do livro de Baudelaire. A expressão latina, cujo significado é “mas não saciada”, faz referência, por sua vez, ao verso “*Et lassata viris, necdum satiata recessit*” (“E, esgotada pelos homens, mas ainda não saciada, ela se vai”) do poeta romano Juvenal, cf. Júlio Castañon Guimarães (BAUDELAIRE, 2019, p. 592).

²⁸ Referência ao livro *Vidas de damas galantes [Vies des dames galantes]*, de Brantôme (1537-1614), no qual o autor usa variações do termo “damas honestas” para se referir às mulheres que traem seus maridos (BRANTÔME, 1880, p. 3).

²⁹ Fala de Bazile a Suzanne, ato 1, cena 9, de *O casamento de Fígaro [La Folle Journée, ou le Mariage de Figaro]* (1778), de Beaumarchais (1732-1799), dramaturgo francês.

NOTA DO AUTOR

Diego GRANDO – Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor em Letras – Estudos de Literatura (2017) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Letras – Teoria da Literatura (2008) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciado em Letras – Português/Francês (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realiza estágio de pós-doutorado (PNPD/Capes) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8907-8864>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3427179005675460>

E-mail: grando.diego@gmail.com